
Empregabilidade e perfil dos egressos do Curso de Relações Públicas da UFPB¹

Isabella Freitas CAMARGO²
Josilene Ribeiro de OLIVEIRA³
Jamile Miriã Fernandes PAIVA⁴
Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir as contribuições da formação universitária para a inserção no mercado de trabalho, a partir das percepções dos egressos do curso de Relações Públicas da Universidade Federal da Paraíba, formados entre 2012 e 2019. Foi realizada uma pesquisa quantitativa por amostragem estratificada proporcional por meio da aplicação de um questionário via *Google Forms*, com uma amostra de 135 egressos. Os resultados permitiram identificar o perfil sociodemográfico e a situação de empregabilidade dos diplomados.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Mercado de trabalho; Emprego e Renda; Relações Públicas.

INTRODUÇÃO

A interação entre as dinâmicas macroestruturais do capitalismo global e as novas tecnologias vem exercendo forte impacto sobre o mercado de trabalho em todo o mundo, resultando na redução da oferta de empregos. Paralelamente, o trabalho desenvolvido através das plataformas digitais e a precarização das relações de trabalho formal, observados nos anos recentes, parecem ser tendências globais. Ademais, os avanços empreendidos com o desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA) tem provocado inquietações tanto nas Instituições de Ensino Superior (IES) quanto no mundo do trabalho.

¹ Trabalho submetido ao IJ03- Relações Públicas e Comunicação Organizacional, da Intercom Júnior – 2024 Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduada no Curso de Relações Públicas da UFPB, e-mail: camargofisabella@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professora do Curso de Relações Públicas da UFPB, e-mail: josilene.ribeiro@academico.ufpb.br

⁴ Professora-colaboradora do Projeto "Diversidade e Desigualdade no Mercado de Trabalho em Comunicação: Situação dos Profissionais de Relações Públicas Diplomados pela UFPB", e-mail: jamilemfpaiiva@gmail.com

Nesse contexto, os dados do primeiro trimestre de 2024 revelam que 7,9% da população brasileira estava desempregada, isto é, cerca de 8,6 milhões de pessoas, segundo levantamentos feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024). Considerando os 203 milhões de habitantes, a taxa de desocupação por sexo foi de 6,5% para os homens e 9,8% para as mulheres. Apesar dessa taxa parecer alta, este é o menor patamar que o país atinge em mais de 10 anos. Por sua vez, a taxa de desocupação de pessoas com ensino superior incompleto foi de 8,9% para o mesmo período, quase o dobro do índice para quem havia concluído o ensino superior, que estava em 4,1%. Tais dados evidenciam a importância de investimento em educação e qualificação profissional.

O avanço educacional contribui para uma inserção mais produtiva da população no mercado de trabalho, pois aumenta o capital humano dos trabalhadores e facilita a criação e absorção de novas tecnologias, manifestando-se no aumento de salários e na maior probabilidade de obtenção de empregos formais. De acordo com Batista (2022), embora os cursos superiores não sejam garantia do sucesso profissional, eles são indispensáveis para melhorar as condições de empregabilidade.

Segundo o estudo "Futuro do Trabalho 2023", conduzido pelo Fórum Econômico Mundial, 60% da força de trabalho atual necessitará de treinamento para atender às novas demandas do mercado até 2027. Nesse cenário, a graduação desempenha um papel fundamental na preparação dos profissionais para essas transformações, fornecendo não apenas conhecimentos especializados, mas também habilidades analíticas, criativas e de resolução de problemas que são essenciais para enfrentar os desafios futuros.

Embora o processo de formação profissional seja contínuo, a graduação é um mecanismo facilitador da inserção no mercado de trabalho. Na área da comunicação, a produção de pesquisas, teorias e literaturas, com destaque para sua interface com a comunicação organizacional, fizeram com que as Relações Públicas conquistassem um campo acadêmico e científico próprios (Kunsch, 2015).

Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a graduação em Relações Públicas foi criada em 1977 como habilitação do curso de Comunicação Social, sendo este um dos cursos mais tradicionais da região Norte/Nordeste, e em 2011 a habilitação se transformou em curso, com a primeira turma iniciando o período letivo de 2012.1 no curso de Bacharelado em Relações Públicas, em uma nova estrutura curricular. Em 2017, já reconhecido como curso

independente, o curso de bacharelado em relações públicas teve a matriz curricular revisada, a fim de proporcionar aos graduandos as habilidades e competências exigidas pelo mercado de trabalho. De fato, “ao longo das últimas décadas o curso de Relações Públicas no país passou por diversas mudanças curriculares e já foi objeto de estudos e de debates no meio universitário e no mercado profissional” (Kunsch, 2015, p. 24).

Nota-se que, com as transformações no mundo do trabalho, o planejamento curricular precisa estar alinhado à formação universitária com visão interdisciplinar entre as teorias e as práticas da comunicação. Os desafios da empregabilidade tanto refletem o fortalecimento de uma prática profissional fundamentada no conhecimento acadêmico como na realidade local e global, sendo essencial encontrar os meios mais adequados na preparação do discente para o mercado profissional. Por conseguinte, empregabilidade é um termo não tão recente, mas muito atual para se discutir a capacidade das Instituições de Ensino Superior na formação de um profissional habilitado a atender as demandas contemporâneas do mundo do trabalho.

De acordo com uma pesquisa realizada em 2014 com os egressos da graduação em Relações Públicas da UFPB, dos anos de 2000 a 2009, falta clareza e validação das atividades no campo profissional (Oliveira et al, 2014). Assim, com o intuito de melhor conhecer a relação entre a formação recebida e o percurso profissional após a graduação, este estudo⁵ busca identificar as formas de inserção no mercado de trabalho e o perfil demográfico e socioeconômico dos egressos do curso de Relações Públicas da UFPB entre os anos 2012 a 2019. Os resultados fornecerão pistas úteis para entender como a formação acadêmica e o conhecimento científico influenciam a trajetória dos profissionais.

FORMAÇÃO SUPERIOR E EMPREGABILIDADE

A estrutura curricular na educação superior demanda “[...] reflexões relacionadas aos pressupostos epistemológicos, teóricos e pedagógicos do processo de ensino e de aprendizagem em contextos em que se busca construir perspectivas educacionais inovadoras frente a tantos desafios que se apresentam para a educação” (Bordignon & Trevisol, 2022, p.01). Assim, mais que antes, a análise das práticas pedagógicas busca atender aspectos relacionados às mudanças de paradigmas no processo de ensino e aprendizagem, bem como seus desdobramentos relacionados à satisfação com a formação superior e a absorção no

⁵ Esta pesquisa faz parte e traz resultados parciais do projeto de iniciação científica “Diversidade e desigualdade no mercado de trabalho em comunicação: situação dos relações públicas diplomados pela UFPB”, aprovada pela Propesq/UFPB, sendo coordenado pela profª. Dra. Josilene Ribeiro.

mercado de trabalho.

A conexão entre a graduação e o acesso ao mercado de trabalho envolve tanto o ensinar e o aprender, quanto periodicamente rever e atualizar as práticas pedagógicas. O próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC) tem manifestado sua preocupação com a qualidade do ensino oferecido e o campo de atuação profissional. Observar as necessidades e tendências do mercado de trabalho é uma questão para a qual o Plano Nacional de Educação (Câmara dos Deputados, 2015) está atento, ao definir como meta elevar a qualidade da educação superior orientada pelas novas diretrizes social, econômica e política do século XXI.

Nesse sentido, os dados da pesquisa realizada pelo Núcleo Brasileiro de Estágios sobre a empregabilidade, evidenciam que para cada quatro egressos dos cursos de graduação no país, somente um é efetivamente absorvido pelo mercado de trabalho em sua área de formação (Lima, 2021). Em estudo anterior, Zulauf (2006) já havia identificado que muitos dos recém-graduados não aplicam os conhecimentos adquiridos na formação universitária e tão pouco são contratados para exercerem cargos de nível superior.

Segundo Batista (2022), as habilidades adquiridas durante os cursos de graduação devem integrar teoria, prática e aplicação contextual, visando inserir o estudante em ambientes que simulem a realidade de sua futura atuação profissional. Vale lembrar que, para se manter no mercado de trabalho é exigido bem mais que apenas possuir habilidades técnicas.

A partir dessa perspectiva, Bassan (2013), citado por Beltrão, Andrade e Brandão (2023 p. 33476) ressalta que a empregabilidade está relacionada não apenas à posse de habilidades, mas também à capacidade do indivíduo de visualizar, acreditar e utilizar suas competências. Portanto, cada vez mais, “a qualificação profissional tem sido apontada como requisito para empregabilidade e vem constituindo-se como um desafio para aqueles que pretendem se inserir no mercado de trabalho” (Martins & Oliveira, 2017, p. 40). Com isso, o foco na aproximação entre educação superior e profissional se insere em um contexto maior decorrente das mudanças nas formas de organização do trabalho e da ressignificação do capital humano.

De acordo com a definição da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), as Relações Públicas são essenciais para a gestão e manutenção da imagem de uma organização. O profissional dessa área deve agir de forma deliberada, planejada e contínua, visando

estabelecer e manter uma compreensão mútua entre a instituição (seja pública ou privada) e seus diversos públicos. Oliveira et al. (2019) citado por Beltrão, Andrade, Brandão (2023, p. 33476) “ressalta que o mercado exige competências complexas que permitam a tais profissionais articular conhecimentos, habilidades e atitudes para resolver problemas específicos de sua área de atuação”. Além disso, deve englobar competência para relacionamentos interpessoais e habilidades de socialização.

METODOLOGIA

O universo pesquisado compreendeu 329 egressos do curso de relações públicas da UFPB, diplomados entre os períodos letivos 2012.1 e 2019.2, sob dois Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e matrizes curriculares distintas. Apesar de termos uma população finita e reconhecível, eles estão geograficamente dispersos, portanto, não localizáveis fisicamente. Razão pela qual optamos pela realização da coleta de dados por amostra, por meio de questionário aplicado pela internet.

Tomando por base Levin, Fox e Forde (2012), procedemos o cálculo amostral⁶ com os seguintes parâmetros: margem de erro de 5%; nível de confiança de 90% (ou seja, se a pesquisa fosse refeita cem vezes, adotando-se os mesmos procedimentos metodológicos, no mínimo 90 vezes chegaríamos aos mesmos resultados). Chegamos a uma amostra (mínima) de 117 indivíduos, total correspondente a 34,65% da população do universo pesquisado. Para dar mais qualidade aos dados e não haver perda das características essenciais da população, optamos pela realização de uma amostragem estratificada proporcional, tomando como parâmetro a quantidade previamente conhecida de egressos formados em cada ano letivo no curso de relações públicas.

Destacamos que, segundo Santos (2024 online), a amostragem estratificada consiste em especificar quantos elementos da amostra serão retirados em cada estrato. Na amostragem estratificada proporcional, o número de elementos amostrais de cada estrato é proporcional ao número de elementos existentes no estrato, o que faz com que a probabilidade de inclusão de um indivíduo seja diferente de um estrato para outro (Levin, Fox e Forde, 2012). Por outro

⁶ Fórmula de cálculo amostral: $n = N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1-p) / Z^2 \cdot p \cdot (1-p) + e^2 \cdot N - 1$ (em que ‘n’ => tamanho da amostra; N => tamanho da população (329); e => erro amostral tolerável de 5% (e = 0,05); Z => desvio-padrão relacionado ao índice de confiança; p => proporção que esperamos encontrar na população/ probabilidade do evento) (Levin, Fox e Forde, 2012).

lado, a amostra de cada estrato deve seguir as mesmas proporções observadas para cada um em face da população total.

Para alcançar tal meta, todos os egressos foram convidados a responder a pesquisa, através de email-convite que os direcionava para o site da pesquisa, onde foram fornecidas diversas informações e o *link* para responder o questionário, construído através de um formulário na plataforma *Google Forms*, aplicado entre os dias 19 de fevereiro e 20 de março de 2024. Contudo, a coleta de dados via internet impôs o desafio de nos certificar da representatividade de cada estrato da amostra online, monitorando os possíveis desvios através de um sistema de validação.

Para validar as respostas e assegurar o pertencimento dos respondentes a um dos estratos da população, as duas primeiras perguntas do questionário trataram da caracterização da amostra, questionando o ano de entrada e de saída dos egressos. Além disso, fomos acompanhando diariamente a taxa de resposta de cada estrato durante os trinta dias de coleta de dados. Paralelamente, realizamos diversas ações de comunicação junto aos 329 diplomados que constituíam o universo da pesquisa, no intuito de alcançar a taxa de resposta ideal para amostra estratificada proporcional.

Obtivemos 159 questionários respondidos, sendo 15 deles descartados por estar fora do recorte temporal dos anos de conclusão dos egressos e outros 09 inconsistentes devido ao conteúdo das respostas (incompletas ou contraditórias). O descarte de 24 questionários respondidos ocorreu em conformidade com os Critérios de Inclusão e Exclusão da pesquisa, definidos no projeto. Dessa forma, nossa amostra constituiu-se efetivamente de 135 respondentes, o que é equivalente a 41% de todo universo, portanto, seis pontos percentuais acima do mínimo pré-definido.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta parte, apresentamos os dados levantados e discutimos suas implicações em três subtópicos. No primeiro, observamos como os fatores sociodemográficos podem influenciar a empregabilidade. No segundo, analisamos as áreas de atuação dos egressos e as competências profissionais efetivamente empregadas por eles. Por fim, investigamos o impacto da formação acadêmica nas trajetórias e escolhas profissionais dos diplomados.

Perfil sociodemográfico dos egressos

O mapeamento do perfil sociodemográficos dos egressos de Relações Públicas da UFPB contempla as variáveis: sexo, idade, estado civil, número de filhos, renda mensal individual e local de residência atual.

Segundo os dados coletados, 91 (67,41%) respondentes se identificam como ‘mulher cisgênero’ e 42 (31,11%) se identificam como homem cisgênero; 2 (1,48%) respondentes preferiram não informar a sua identidade de gênero⁷. Tais resultados refletem a tendência geral segundo a qual os cursos na área de comunicação frequentemente atraem mais mulheres, devido a percepções sociais sobre competências interpessoais e sensibilidade como traços femininos.

Quadro 01: Perfil sociodemográfico egressos Relações Públicas de 2012 - 2019 da UFPB

| Variáveis | Qnt. de Respostas | Porcentagem de respostas |
|-----------------------------|--|---|
| Identidade de gênero | Mulher Cisgênero: 91 Homem Cisgênero: 42 Prefiro não informar: 2 | Mulher Cisgênero (67,4%) Homem Cisgênero (31,1%) Prefiro não informar (1,5%). |
| Faixa Etária | 25 - 29 anos: 16 30 - 39 anos: 107 40 - 49 anos: 12 | 25 - 29 anos: 11,85% 30 - 39 anos: 79,26% 40 - 49 anos: 8,89% |
| Estado Civil | Solteiro(a): 60 Casado(a): 60 Divorciado(a): 4 União estável: 11 | Solteiro(a): 44,44% Casado(a): 44,44% Divorciado(a): 2,96% União estável: 8,15% |
| Número de filhos | Não tenho nenhum filho/filha: 90 Tenho um(a) filho/filha: 32 Tenho dois filhos/filhas: 12 Tenho três ou mais filhos/filhas: 1 | Não tenho nenhum filho/filha: 66,67% Tenho um(a) filho/filha: 23,70% Tenho dois filhos/filhas: 8,89% Tenho três ou mais filhos/filhas: 0,74% |

Fonte: Autoras, 2024

Quanto à idade, verificamos que o respondente mais jovem possuía 27 e o mais velho 46 anos completos no momento da coleta de dados. A faixa de idade predominante é de 30-39 anos, com 107 (79,26%) respostas. Por conseguinte, a maioria dos RPs formados na década 2010 são hoje jovens adultos, em idade produtiva, e estão em uma fase intermediária da vida profissional, buscando consolidação no mercado de trabalho.

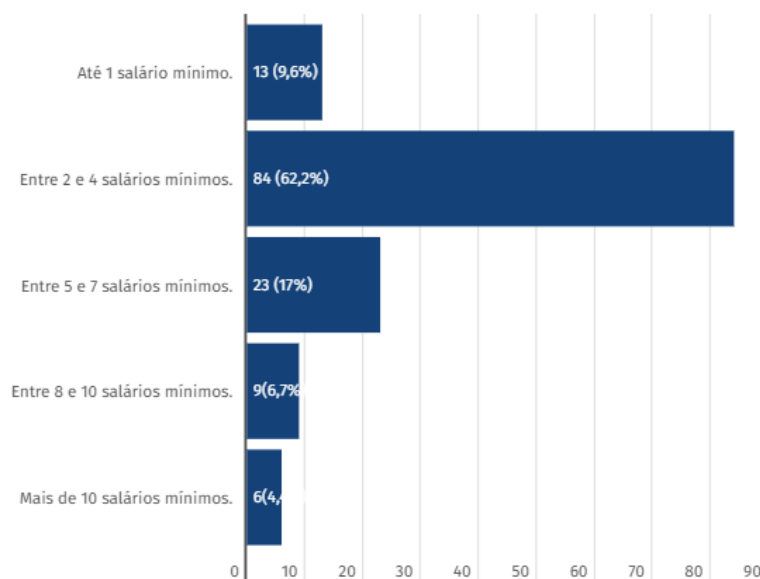
⁷ As alternativas “Mulher transgênero”, “Homem transgênero”, “Não-binário” e “Outra” foram disponibilizadas no questionário, porém não foram utilizadas pelos participantes.

O estado civil pode afetar a empregabilidade, pois, como mencionado por Neves et al. (2015), se um jovem estiver casado sua chance de estar no mercado de trabalho formal aumenta em 3,19 pontos percentuais. Na amostra analisada, verificou-se que 60 (44,44%) respondentes assinalaram estar casados e outros 60 (44,44%) solteiros. Quanto aos demais respondentes, 11 (8,15%) declararam estar em uma união estável, 4 (2,96%) indicaram estar divorciados e não houve indicação de viúvos.

Em relação à parentalidade, 90 (66,67%) respondentes declararam que não possuem filhos, 32 (23,70%) possuem um único filho, enquanto 12 (8,89%) têm até dois filhos. Apenas 1 (0,74%) respondente tem três ou mais filhos. Vale lembrar que a participação das mulheres no mercado tem crescido, mas ainda é menor que a dos homens, especialmente quando elas têm filhos pequenos.

Gráfico 01: Renda Individual Mensal

Renda Individual Mensal



Fonte: Autoras.2024.

De acordo com o Gráfico 01, a análise da renda mensal individual dos respondentes apontou que 13 (9,63%) recebem no máximo um salário mínimo vigente (R\$1.412,00 em 2024). A maior proporção 84 (62,22%) perfaz renda entre 1 e 4 salários mínimos (R\$1.413,00 e R\$5.647,00) ao mês, 23 (17,04%) estão na faixa de renda entre 5 e 7 salários

mínimos (R\$5.648,00 e R\$9.883,00). A menor parcela, composta por 9 (6,67%) respondentes, têm renda entre 8 e 10 salários mínimos (R\$9.884,00 e R\$14.120,00). Apenas 6 (4,44%) recebem mais de 10 salários mínimos (acima de R\$14.120,00) mensalmente.

O local de residência atual dos diplomados coloca em destaque o impacto regional do curso. Observou-se que 113 (83,70%) residem no Nordeste. Dentro dessa região, a Paraíba é o estado onde reside atualmente a maior parte dos respondentes, concentrando 102 (75,56%) deles. Esse percentual expressivo de egressos na Paraíba sugere que muitos deles escolheram permanecer residindo e trabalhando onde se formaram, aproveitando as oportunidades de trabalho do mercado local e mantendo vínculos profissionais ou acadêmicos. Reforçando tal conclusão, identificou-se também que 69 (51,11%) diplomados continuaram trabalhando nos mesmos locais em que trabalhavam ou faziam estágio durante a graduação, reforçando a importância do estágio e da formação universitária. Outros estados do Nordeste, como Rio Grande do Norte e Pernambuco, têm 5 (3,7%) respondentes cada um, enquanto o Maranhão conta com apenas 1 (0,74%) residente.

As outras regiões do Brasil apresentam uma quantidade significativamente menor em comparação ao Nordeste, a região Sudeste possui o maior número de respondentes, com 9 (6,67%). O Sul do Brasil registra 3 (2,22%) respostas. A região Norte e o Distrito Federal são as menores, representada por apenas 1 (0,74%) respondente cada. Além disso, 7 respondentes se encontram fora do país, certamente, a migração ocorre tanto devido ao retorno aos estados de origem, considerando que alguns alunos de Relações Públicas da UFPB são de outras cidades ou estados brasileiros, quanto pela busca por melhores condições de trabalho e renda. Além disso, muitos optam por migrar devido às oportunidades de continuidade dos estudos, como bolsas acadêmicas para mestrados e doutorados.

Empregabilidade entre os RPs formados pela UFPB

Partindo do entendimento de que a empregabilidade dá visibilidade a relação entre a oferta e a procura no mercado de trabalho, quando perguntados sobre o processo de inserção e atuação dos egressos observou-se que 82 (60,74%) já trabalhavam no campo da comunicação antes de obter o diploma. Sobre o número de vínculos empregatício de trabalho, 66 (48,9%) mencionaram ter apenas um vínculo empregatício formal, 29 (21,5%) informaram ter 2 vínculos de trabalho, 4 (3%) disseram ter três ou mais vínculos de trabalho. A necessidade de manter múltiplos vínculos empregatícios reflete tanto a precarização do

mercado de trabalho em todo o mundo, como os baixos salários recebidos por muitos trabalhadores na contemporaneidade. Assim como em outras regiões do Brasil, os salários na Paraíba não têm acompanhado o custo de vida, obrigando os profissionais a buscar várias fontes de renda. Dessa forma, muitos profissionais vêm recorrendo ao registro como Microempreendedor Individual (MEI) para garantir alguma formalização e acessar benefícios previdenciários. O fenômeno da pejetização⁸, como ficou conhecido, indica a precariedade da área de comunicação, já que, como outras categorias de prestadores de serviços, esses trabalhadores muitas vezes não têm acesso aos direitos trabalhistas plenos e enfrentam incertezas financeiras.

Com o avanço da comunicação digital e das tecnologias, as organizações têm feito cada vez mais uso de redes sociais para fortalecer o seu relacionamento com o público.

Quadro 02: Atividades de Relações Públicas realizadas nas organizações.

| Atividades de RP desempenhadas | Número de respostas | Porcentagem % |
|---|----------------------------|----------------------|
| Não desenvolvo nenhuma atividade específica de relações públicas profissionalmente. | 7 | 7,1% |
| Eventos e Cerimonial. | 21 | 21,2% |
| Pesquisas institucionais e de mercado. | 3 | 3,0% |
| Gerenciamento de Crise. | 10 | 10,1% |
| Planejamento estratégico. | 33 | 33,3% |
| Gestão de relacionamentos com clientes. | 28 | 28,3% |
| Comunicação digital / Social Media. | 34 | 34,3% |
| Assessoria e consultoria de comunicação/ imprensa. | 12 | 12,1% |
| Out]ro(s). | 25 | 25,3% |

Fonte: Autoras.2024.

Quando perguntados se desenvolviam e quais eram as atividades de relações públicas que aplicavam no seu local de trabalho, em uma questão que admitia marcar até três alternativas, todos os 99 egressos inseridos no mercado de trabalho formal deram ao menos uma resposta; 40 (40,4%) deram duas respostas e 34 (34,3%) deram três respostas, somando um total de 173 respostas. Fizemos um ranqueamento a partir da quantidade de respostas e, assim, obtivemos os resultados: em primeiro lugar, com 34 (34,3%) das respostas, ficou

⁸ No meio jurídico, a pejetização é um termo usado para se referir à contratação de serviços pessoais, exercidos por pessoas físicas, de modo não eventual e oneroso, realizada por meio de pessoa jurídica constituída especialmente para esse fim. Serve para disfarçar eventuais relações de emprego que evidentemente seriam existentes, burlando direitos trabalhistas. Referenciar: ISSN 1517-5901 (online) POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais, nº 54, Janeiro/Junho de 2021, p. 99-116 PEJOTIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO

Comunicação digital/Social Media; em segundo, com 33 (33,3%) das respostas, Planejamento Estratégico; em terceiro, com 28 (28,3%), Gestão de relacionamento com clientes; em quarto, com 21 (21,2%) das respostas, Eventos e Cerimonial; em quinto lugar, com 12 (12,1%) das respostas, Assessoria e consultoria de comunicação/imprensa; em sexto, com 10 (10,1%), Gerenciamento de crise; e, em último, Pesquisas institucionais e de mercado, com apenas 3% das respostas. A alternativa “Outros” não permitia incluir novas descrições e obteve 25 (25,3%) das 173 respostas. Observa-se que 7 (7,1%) dos respondentes ressaltou que não realiza atividades específicas de relações públicas.

A amplitude da definição e os diferentes usos do termo relações públicas podem afetar o entendimento sobre o que faz o RP até mesmo para os próprios diplomados. Reforçando tal percepção, de acordo com a pesquisa “Identidade e atuação dos diplomados em Relações Públicas pela UFPB”, realizada em 2014, havia uma grande insatisfação dos RPs com a falta de reconhecimento da profissão no mercado de trabalho. Aliado a isso, os dados desta pesquisa sugerem que a precarização do trabalho e a falta de oportunidades podem fazer com que o egresso busque outra área de atuação, sem aplicar as habilidades aprendidas durante sua formação.

Avaliação da contribuição da formação em RP

A extinção do curso de Comunicação Social, em 2011, e a criação do bacharelado em relações públicas, sob uma nova matriz curricular, possivelmente influenciaram as competências desenvolvidas pelos alunos, com a introdução da obrigatoriedade do estágio na área, visando proporcionar aos futuros profissionais uma experiência prática antes da conclusão do curso. Porém, o Estágio Não Obrigatório continua sendo considerado uma atividade extracurricular e opcional na atual matriz curricular. E por isso a análise foca neste último, já que apenas os que entraram a partir de 2012 realizaram o Estágio Obrigatório.

Quadro 03: Avaliação da contribuição do Estágio Não Obrigatório para inserção no mercado.

| Matriz curricular X Avaliação do Estágio Não Obrigatório | Não respondeu | Não | Sim | Totalização |
|---|----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Matriz Comunicação Social (até 2011) | 34 (41,4%) | 10 (12,2%) | 38 (46,34%) | 82 (100%) |
| Matriz RP (a partir de 2012) | 10 (18,87%) | 11 (20,75%) | 32 (60,38%) | 53 (100%) |
| Total de toda amostra | 44 (32,5%9) | 21 (15,56%) | 70 (51,85%) | 135 (100%) |

Fonte: Autoras. 2024.

Analisando especificamente o grupo que realizou o Estágio Não Obrigatório, 70 (51,85%), ou seja pouco mais da metade de toda amostra, percebem que essa experiência contribuiu positivamente para sua inserção no mercado de trabalho, enquanto 21 (15,56%) dizem que não contribuiu.

Ao comparar os resultados conforme o curso/matriz curricular, observou-se que 58% dos 82 egressos do bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas realizaram o Estágio Não Obrigatório, enquanto pouco mais de 81% dos 53 egressos do bacharelado em RP participaram desse tipo de estágio. Esperava-se uma diminuição na adesão ao Estágio Não Obrigatório devido à inclusão do Estágio Obrigatório na nova matriz curricular. No entanto, o aumento na adesão ao Estágio Não Obrigatório pelos egressos que entraram no curso a partir de 2012 pode ser atribuído aos seguintes fatores: enquanto o Estágio Obrigatório não prevê remuneração para os estudantes, o Estágio Não Obrigatório pressupõe o pagamento de uma remuneração pela contratante, conforme estipulado pela Lei 11.788/2008; houve um crescimento do interesse e investimento de pequenas e médias empresas em ações de comunicação digital, especialmente com o aumento do uso de meios digitais intensificado pela pandemia do Covid-19.

Quando perguntados sobre a relevância da graduação em Relações Públicas para sua atuação profissional atual, a média da nota atribuída pelos egressos foi de 3,4 pontos.

As notas foram distribuídas da seguinte maneira: 32 (32,32%) deram nota 5, indicando alta relevância; 20 (20,2%) atribuíram nota 4, também considerando a formação muito relevante; outros 20 (20,2%) deram nota 3, indicando uma relevância moderada; 11 (11,11%) atribuíram nota 2, sinalizando uma relevância baixa; e 12 (12,12%) deram nota 1, enquanto 4 (4,04%) deram nota “0”, indicando nenhuma relevância da formação para suas carreiras.

Ao somar as notas 4 e 5, percebemos que 52,52% dos egressos consideram a formação em Relações Públicas da UFPB como altamente relevante para suas carreiras, destacando a importância dos conhecimentos adquiridos na universidade. Incluindo os que deram nota 3, esse percentual aumenta para 72,72%, evidenciando que mais de dois terços dos egressos formados entre 2012 e 2019 valorizam significativamente sua formação acadêmica para o desenvolvimento profissional. Por outro lado, ao somar as notas 2, 1 e 0, verificamos que 27,27% dos egressos percebem a formação em Relações Públicas como menos relevante para sua trajetória profissional.

É interessante observar que dentro deste grupo, um dos diplomados exerce o cargo de RP, o que pode indicar uma percepção individual sobre a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos na prática profissional. Esse posicionamento pode ser devido a falta de afetividade com a sua formação, o que pode estar relacionado a diversos fatores tanto individuais como sociais. A insatisfação com o curso pode ser relacionado com a estrutura curricular, tanto como com a percepção do profissional de Relações Públicas no mercado de trabalho.

Podemos relacionar essas respostas com as habilidades requeridas para o profissional de RP no mercado de trabalho, assim como com a falta de definição clara do papel desse profissional. Isso muitas vezes leva o egresso a questionar se está exercendo efetivamente as atividades de RP, especialmente quando não é contratado para o cargo com o título da profissão. Para Lattimore et al (2012, p. 378), “[...] os profissionais devem entender seu papel como gestores, que afeta as ações da organização, e a importância da contribuição das relações públicas para o processo de comunicação e interação com a sociedade”.

A profissão de Relações Públicas ainda enfrenta dificuldades devido à falta de clareza de sua definição perante a sociedade e à amplitude de suas atividades, frequentemente exercidas por profissionais de recursos humanos e marketing, resultando em uma identidade frágil (Oliveira et al, 2014) e falta de reconhecimento tanto dos diplomados quanto dos empregadores.

CONCLUSÕES FINAIS

Este artigo tem o intuito de compreender a relação entre a formação recebida e o percurso profissional após a graduação, buscando identificar as formas de inserção no mercado de trabalho, bem como o perfil demográfico e socioeconômico dos diplomados em Relações Públicas pela UFPB.

Um dos principais desafios dos diplomados em Relações Públicas está relacionado à percepção da relevância da formação acadêmica por parte do mercado. É possível que algumas empresas ainda desconheçam e subestimem a importância das contribuições dos profissionais de Relações Públicas. Além disso, a falta de compreensão sobre as habilidades específicas dos profissionais de Relações Públicas pode resultar em dificuldades na obtenção de cargos específicos para eles. Isso pode gerar uma desconexão entre as expectativas dos profissionais e as demandas do mercado de trabalho.

Outro desafio é a necessidade de se manterem atualizados com as novas tendências e tecnologias de comunicação, que os obrigam a constantemente adaptar suas habilidades e conhecimentos para acompanhar essas mudanças. O que pode exigir investimento em educação continuada e desenvolvimento profissional, além da capacidade de aprendizado ágil e flexível. Essa combinação de saberes disciplinares, curriculares e experienciais é crucial para a consolidação profissional.

Diante disso, conseguimos concluir que a ampla variedade de situações financeiras e de trajetórias profissionais indica uma adaptação dinâmica ao mercado de trabalho, com muitos profissionais continuando a investir em sua formação e a explorar novas oportunidades além das fronteiras regionais e internacionais. Isso ressalta a importância da formação profissional e do papel crucial desempenhado pela universidade na inserção no mercado de trabalho e na superação dos desafios da empregabilidade.

REFERÊNCIAS:

BATISTA, I. P. *et al.* **Um estudo da percepção dos egressos do curso Bacharelado em Administração formados pelo Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas quanto à empregabilidade.** 2022. 85 F. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Amazonas, Benjamin Constant, 2022.

BELTRÃO, K. N. S.; ANDRADE, F. A. V.; BRANDÃO, K. S. A empregabilidade e o perfil dos egressos do curso de administração do ICSEZ-UFAM (2012-2022). **Contribuciones a Las Ciencias Sociales.** São José dos Pinhais, v. 16, n. 12, p. 33474-33492, 2023.

BORDIGNON, L. H. C.; TREVISOL, M. T. C. Ensino, aprendizagem, práticas pedagógicas e inovação educacional: tecendo diálogos. **Revista de Educação,** Campinas, v. 27, p. 1-15, 2022.

FORUM, world economic. Relatório sobre o futuro dos empregos em 2023. Futuro do trabalho. weforum.org, 2023. Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Future_of_Jobs_2023_News_Release_Pt_BR.pdf

GHROS, A. C. P. Trajetória da formação em relações públicas no Brasil. São Bernardo do Campo, **Comunicação e Sociedade,** v. 41, n. 1, p. 43-79, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: ibge.gov.br.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento em relações públicas na comunicação integrada**. 4. ed. São Paulo: Summus, 2003.

KUNSCH, M. M. K. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação de Relações Públicas: aportes conceituais e práticos para sua implantação. In: ALMEIDA, F. *et al.* (Orgs.). **O ensino de comunicação frente às diretrizes curriculares**. São Paulo: Intercom, p. 20-44, 2015.

LATTIMORE, D. *et al.* **Relações públicas: profissão e prática**. 3. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David. Estatística para Ciências Humanas. São Paulo: Pearson Education do Brasil Ltda, 2012.

LIMA, Vinícius. **Quanto recebe um estagiário no Brasil?** In: *Nube*. Disponível em: <https://www.nube.com.br/blog/2021/12/14/quanto-recebe-um-estagiario-no-brasil>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MARTINS, B. V.; OLIVEIRA, S. R. de. Reflexões sobre a empregabilidade dos jovens provenientes de cursos superiores de tecnologia. **Pensamento Contemporâneo**, jan/mar, p. 37-54, 2017.

OLIVEIRA, J. R. *et al.* **Jogo da Empregabilidade: identidade e atuação dos diplomados em Relações Públicas pela UFPB**. Florianópolis: Bookess, 2014.

OLIVEIRA, M. de; TONIAL, G.; SPULDARO, J. D. O perfil do egresso do curso de administração e a empregabilidade: um estudo na região meio-oeste de Santa Catarina. **Unoesc & Ciência-ACSA**, v. 10, n. 1, p. 17-26, 2019.

SANTOS, Adriana Barbosa. Material didático - Formas de amostragem. 2019. Disponível em: <https://www.ibilce.unesp.br/Home/Departamentos/CiencCompEstatistica/Adriana/formas-deamostragem.pdf> Acesso em 14 mai 2024.

SOUZA, L. O.; SANT'ANA, V. A.; GHISLENI, T. S.; ANDRES, F. S. Trajetória dos egressos do curso de Relações Públicas da UNIPAMPA - Campus São Borja. **Disciplinarum Scientia. Série: Sociais Aplicadas**, Santa Maria, v. 13, n. 1, p. 67-77, 2018.

ZULAUF, M. Ensino superior e desenvolvimento de habilidades para a empregabilidade: explorando a visão dos estudantes. **Sociologia**, jul/dez, p. 126-155, 2006.